

O QUE AS POLÍTICAS DE CONTROLE PARA AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS E O PROJETO MAQUILA DO PARAGUAI TEM EM COMUM?

WHAT DOES THE CONTROL POLICIES FOR THE BRAZILIAN BORDERS AND THE MAQUILA PROJECT IN PARAGUAY HAVE IN COMMON?

Sandra Cristiana Kleinschmitt¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre as políticas de controle para as fronteiras brasileiras e o processo de industrialização paraguaio, com o Projeto *Maquila*. Mais especificamente, discute-se a política de controle realizada pelo Brasil, a partir de 2003, para controlar a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. O enfoque dado para combater o “circuito sacoleiro” enfraqueceu o comércio do *microcentro* de Ciudad del Este forçando o governo paraguaio a criar alternativas frente ao enfraquecimento econômico do comércio nessa região de fronteira. O Projeto *Maquila* foi uma das apostas, especialmente após 2013, com o governo de Horácio Cartes, quando os efeitos das políticas de controle brasileiras foram mais duramente sentidos no país.

PALAVRAS-CHAVE

Tríplice Fronteira. Política de controle. Projeto *Maquila*.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the relationship between control policies for Brazilian borders and the process of Paraguayan industrialization, with the *Maquila* Project. More specifically, we discuss the control policy carried out by Brazil, from 2003, to control the Triple Border between Brazil, Paraguay and Argentina. The approach taken to combat the “sacoleiro circuit” weakened the commerce of the *microcentre* of Ciudad del Este forcing the Paraguayan government to create alternatives in the face of the economic weakening of commerce in this border region. The *Maquila* Project was one of the bets, especially after 2013, with the government of Horácio Cartes, when the effects of Brazilian control policies were hardest felt in the country.

PALAVRAS-CHAVE

Triple Border. Control policy. *Maquila* Project.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo. Email: sandrakleinschmitt@hotmail.com.

Introdução

A indagação do título deste artigo norteia o objetivo que é discorrer sobre a relação entre as políticas de controle para as fronteiras brasileiras e o processo de industrialização paraguaio, com o Projeto *Maquila*. A princípio esta relação parece inusitada, mas pretende chamar a atenção para a falta de cuidado das políticas de controle para as fronteiras do Brasil ao desconsiderar a realidade dos países vizinhos.

A curiosidade sobre a questão é fruto da minha tese de doutorado: “As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social, estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina”, que defendi em 2016, no Programa de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na tese, o objetivo foi discutir sobre as representações e as políticas de controle na Tríplice Fronteira, mas constatei uma série de consequências que as políticas de controle geraram ao local, dentre elas o enfraquecimento do comércio do *microcentro* de Ciudad del Este e o direcionamento do governo paraguaio para a política de industrialização no país.

Antes de discutir sobre o Projeto *Maquila*, primeiramente apresento a região da Tríplice Fronteira e em seguida contextualizo uma das políticas de controle realizadas pelo governo brasileiro, a partir do ano de 2003, que foi determinante para a mudança na dinâmica da região, pois atingiu mais especificamente o “circuito sacoleiro”.

O “circuito sacoleiro” é o sistema composto pelas relações sociais construídas durante a trajetória das mercadorias negociadas no *microcentro* de Ciudad del Este. Essas relações envolvem desde a articulação com os países produtores de eletroeletrônicos e demais mercadorias, com os comerciantes desse local, que vão desde os proprietários, os vendedores e os *mesiteros*², até a relação com todos os trabalhadores que compram, transportam e revendem essas mercadorias no Brasil (CARDIN, 2013; RABOSSI, 2004).

A região da Tríplice Fronteira³

A “Tríplice Fronteira” estudada abrange territorialmente seis municípios de três países diferentes, sendo: Foz do Iguaçu (Brasil); Puerto Iguazú (Argentina); Ciudad del Este, Presidente Franco, Hernandárias e Minga Guazú (Paraguai). As seis cidades, juntas, somam mais de 800 mil habitantes e formam um sistema internacional urbano muito peculiar. Trata-se de um sistema peculiar porque não são apenas áreas vizinhas a uma linha de fronteira, pois essas áreas são contíguas também em relação aos aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos.

2 *Mesitero* é uma espécie de camelô, com barracas sem alvará, que atuam no meio das ruas do *microcentro* de Ciudad del Este (RABOSSI, 2011).

3 Esta parte foi adaptada da minha tese, capítulo 1.

Geograficamente, a região da Tríplice Fronteira localiza-se entre os rios Paraná e Iguazu. O rio Paraná separa Brasil e Paraguai e ambos estão conectados pela Ponte da Amizade, que interliga Foz do Iguazu e Cidade do Leste. Esse mesmo rio separa Paraguai e Argentina, mas não existe uma ponte entre os dois países. O acesso direto entre eles é feito por barco. O rio Iguazu, por sua vez, separa Brasil e Argentina e ambos estão interconectados pela Ponte Tancredo Neves, entre Foz do Iguazu e Puerto Iguazú.

Foz do Iguazu está situada no extremo Oeste do Estado do Paraná, região Sul do Brasil e possui aproximadamente 256 mil habitantes (IBGE, 2010). A cidade possui a maior população de fronteira do Brasil. Nesse município está a empresa hidrelétrica Itaipu Binacional⁴, localizada na divisa com o Paraguai, e as Cataratas do Iguazu⁵, localizadas na divisa com a Argentina. Foz do Iguazu sobrevive predominantemente da produção de energia e dos *royalties* da Itaipu⁶. Recentemente o setor de serviços teve crescimento significativo, especialmente aqueles serviços voltados para o turismo ambiental. O município é considerado peça fundamental para a economia regional.

O conglomerado urbano de Ciudad del Este está localizado na região oriental do Paraguai e soma mais de 500 mil habitantes (DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS – DGEEC, 2014). Esse é o lado mais populoso dos três lados da fronteira e o segundo mais populoso do Paraguai, perdendo apenas para Assunção, capital do país. Nesse lado fronteiriço estão localizadas as hidrelétricas de Itaipu e de Acaray, ambas no município de Hernandárias. Ciudad del Este é a capital do Departamento de Alto Paraná e no município está localizada a terceira maior Zona Franca do Mundo⁷. O conglomerado urbano de Ciudad del Este sobreviveu basicamente do comércio de importados voltado para o turismo de compras, mas atualmente as indústrias de “*maquilaria*” estão crescendo no local. A região é peça fundamental para todos

4 A Itaipu é a segunda maior hidrelétrica do mundo, em tamanho e em produção de energia, perdendo apenas para a Hidrelétrica das Três Gargantas, na China, concluída em 2014. A Itaipu foi construída entre 1975 e 1982 e começou a gerar energia em maio de 1984.

5 Foi eleita uma das sete maravilhas da natureza em 2011. O título foi obtido sob um concurso publicitário internacional promovido pela fundação *Suíça New 7 Wonders*.

6 “Os *royalties* são uma compensação financeira paga pela Hidrelétrica Binacional em função das perdas territoriais sofridas pelos municípios, sendo que cada um recebe uma quantidade em dinheiro de acordo com a porcentagem de terras alagadas. A Lei dos *Royalties* entrou em vigor pelo Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, no entanto, são pagos desde 1985 e serão ainda repassados até 2023. No Paraguai, os *royalties* são repassados integralmente ao Ministerio de Hacienda e distribuídos igualmente por todo o país. Portanto, assim como os distritos lindeiros recebem os *royalties*, também os que não margeiam o Lago recebem.” (GEMELLI, 2013, p. 54).

7 A criação da Zona Franca na Cidade do Leste ocorreu na década de 1960, tornando-se uma área de livre comércio. Na classificação internacional da Revista Forbes (1994), a Tríplice Fronteira foi considerada, no início da década de 1990, o terceiro maior centro comercial do mundo, perdendo apenas para Hong Kong e Miami (apud CARDIN, 2009).

os setores da economia paraguaia e a porta de entrada para o porto brasileiro de Paranaguá (Estado do Paraná).

Puerto Iguazú está situada na Província de Misiones, região Nordeste da Argentina. Dos três lados, esse é o menos populoso, com aproximadamente 42 mil habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO – INDEC, 2010). O município sobrevive, basicamente, do setor de serviços voltados para o turismo, especialmente o turismo às Cataratas do Iguazu. Puerto Iguazú está localizado em uma área predominantemente rural e considerado um dos menos desenvolvidas economicamente da Argentina. O maior diferencial dessa Tríplice Fronteira é a presença de seis cidades de médio porte na confluência de limites territoriais e pelo intenso fluxo humano e econômico (CARDIN, 2010b).

Com a formação do Estado Moderno, as fronteiras se tornaram espaços geográficos que servem de referência para o Estado-nação. Este é o meio para definir o espaço de sua dominação e o território em que se exerce poder político e simbólico. Por meio de: “[...] seus aparelhos de fiscalização e repressão, nas leis que visam disciplinar o comportamento fronteiriço, nas estruturas físicas que visam facilitar o controle e o combate das práticas que por motivos diversos atacam a própria legitimidade do estado [...]” (CARDIN; DORFMAN, 2014, p. 33).

As fronteiras são as margens do território de controle inquestionável do Estado, mas, para exercer o uso legítimo da força, nos termos de Weber, ao mesmo tempo em que reafirma a sua presença, o Estado evidencia a sua ausência, porque: “[...] As raias sublinham as diferenças culturais, políticas e econômicas entre nações ao mesmo tempo em que se dinamizam pelas desigualdades existentes [...]” (CARDIN; DORFMAN, 2014, p. 34).

A fronteira porosa permite que o local e o internacional se articulem estabelecendo dinâmicas próprias construídas pelos povos fronteiriços, sem “respeitar” as barreiras oficiais. A formação demográfica da Tríplice Fronteira é bem diversificada. Além de trabalhadores dos meios rurais de vários lugares do Brasil, do Paraguai e da Argentina, também é composta por ondas migratórias nacionais e internacionais marcada pela diversidade étnica. Em Foz do Iguazu estão concentrados aproximadamente 22 mil imigrantes e descendentes de árabes. Essa comunidade de língua árabe é considerada a segunda maior do Brasil, atrás somente de São Paulo. Os árabes e descendentes professam o islamismo em suas diferentes correntes sunita, xiita etc. (CARNEIRO FILHO, 2013).

Segundo dados do IBGE de 2010: “[...] na década de 1950 e [19]60, o comércio na fronteira atraiu um grande contingente de imigrantes do Oriente Médio, sobretudo libaneses. Na década de 1980, chegaram chineses e coreanos⁸, que ajudaram a impulsionar o comércio de artigos importados na fronteira.”

8 As populações chinesas e coreanas, juntas, somam aproximadamente cinco mil habitantes, entre migrantes e descendentes, em Foz do Iguazu (IBGE, 2010).

(apud RIBEIRO, 2015, p. 85). O estabelecimento dos primeiros árabes na região ocorreu com o início da construção da Ponte da Amizade inaugurada em 1965⁹. Eles eram inicialmente mascates e negociavam produtos industrializados brasileiros no Oeste paranaense. A Figura 1 apresenta a localização espacial da Tríplice Fronteira em análise.

Figura 1 – Localização da Tríplice Fronteira Internacional



Fonte: (SECRETARIA DO GOVERNO ARGENTINO (2007); INSTITUTO MILITAR E GEOGRÁFICO DO PARAGUAI; IBGE (2001) apud GOMES, 2008, p. 111).

⁹ Segundo Rabossi (2004), na década de 1960, os comerciantes de Assunção, Paraguai montaram comércios na zona franca de Ciudad del Este.

A política de controle ao “circuito sacoleiro” na Tríplice Fronteira¹⁰

No Brasil, os municípios da faixa de fronteira se tornaram os espaços com maior intervenção policial nos últimos anos. Desde a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no início dos anos 2000, e, mais recentemente, com a criação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), em 2011, várias políticas de controle foram realizadas. Por políticas de controle entende-se todas aquelas ações criadas pelo poder público para coibir ou inibir determinadas práticas que são criminalizadas em um determinado momento.

No final da década de 1990, o governo brasileiro colocou em prática algumas operações de controle na Tríplice Fronteira, mas foi nos anos 2000 que as políticas de controle se intensificaram e foram direcionadas, especificamente, contra o “circuito sacoleiro”. A primeira delas foi iniciada pela Polícia Federal e levou o nome de “Operação Sucuri” (2003), que tinha a finalidade de combater um esquema de contrabando e descaminho na fronteira Brasil-Paraguai.

A Receita Federal realizou, pela primeira vez, a operação “Cataratas” (2004), que fazia um trabalho sistemático para acabar com o contrabando e o descaminho com o intuito impedir a entrada de mercadorias falsificadas no mercado brasileiro. Essa operação desenvolveu um conjunto de estratégias para romper com o contrabando, dentre elas a fiscalização dos hotéis próximos à fronteira com o Paraguai, a interceptação de comboios de ônibus de sacoleiros e o cadastramento de laranjas¹¹ que passavam pela aduana brasileira. Além disso, uma quantidade maior de agentes passou a fiscalizar, de forma mais intensiva, as regiões da Ponte da Amizade (CARDIN, 2011).

O “circuito sacoleiro” não é composto somente por “laranjas” e “sacoleiros”¹², mas revela uma rede de relações complexas que vai desde os trabalhadores na Ponte da Amizade, como os “cigarreiros”¹³, os “barqueiros”¹⁴, os moto-taxistas, aos guias de compras, aos lojistas paraguaios, aos “*mesiteros*”¹⁵

10 Esta parte foi adaptada da minha tese, capítulo 4.

11 “Laranja” é o nome atribuído ao trabalhador contratado informalmente para transportar uma quantia de mercadorias conhecida como “cota”. Esse serviço auxiliava os sacoleiros na travessia dos produtos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Receita Federal e da Polícia Federal (CARDIN, 2012).

12 “Sacoleiro” é o trabalhador responsável pela intermediação das relações comerciais entre os empresários paraguaios e os pontos de venda e distribuição das mercadorias para o território brasileiro. Ele é o atravessador e o distribuidor dos inúmeros produtos adquiridos no mercado paraguaio vendidos no Brasil, atuando de forma autônoma ou para um patrão (CARDIN, 2012).

13 “Cigarreiro” é o trabalhador responsável pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade (CARDIN, 2012).

14 “Barqueiro” é o trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias, com barco, pelo rio Paraná (CARDIN, 2012).

15 “*Mesitero*” é uma espécie de camelô, com barracas sem alvará, que atua no meio das ruas do *microcentro* de Ciudad del Este (RABOSSI, 2011).

e aos vários outros setores e trabalhadores, até a rede de hotéis e de restaurantes brasileiros, conforme descrito nos vários estudos de Eric Cardin.

Com a fiscalização mais rígida da Receita Federal, os setores envolvidos com o “circuito sacoleiro” sentiram os impactos dessa política de controle. As ações da Recita Federal retraíram a estrutura de funcionamento do “circuito sacoleiro” e promoveram mudanças na forma de trabalho ao dificultar a manutenção de vários estabelecimentos comerciais no lado brasileiro e de todo o comércio paraguaio localizado no *microcentro* de Ciudad del Este. Os pequenos empreendimentos do lado brasileiro, como os inúmeros hotéis e restaurantes próximos da Ponte da Amizade, sentiram os impactos, porque, além de cumprirem suas funções, serviam como depósitos para estocagem de mercadorias – o que acabou coibindo (CARDIN, 2010b).

Pinheiro-Machado (2004) desenvolveu sua dissertação justamente no período em que o “circuito sacoleiro” começava a sentir os primeiros ataques mais intensos dessa política de controle. Em seus relatos, o primeiro impacto sentido foi o esvaziamento de hotéis, restaurantes e demais estruturas que serviam esse público do “turismo de compras”. Somado a isso, Foz do Iguaçu carregava no período a cifra de 40,23% da população economicamente ativa envolvida com o trabalho informal promovido consideravelmente por esse circuito (CARDIN, 2009).

Por outro lado, a operação “Foz Segura” (2004), promovida pelo governo do Estado do Paraná, intensificou o controle na fronteira com mais equipamentos e efetivos policiais. Essas políticas geraram consequências para o local, especialmente no setor econômico e no setor de segurança pública. Em termos econômicos, fertilizaram outras atividades juridicamente consideradas ilícitas sem acabar imediatamente com o contrabando e com as ocupações vinculadas a ele. Cardin (2011) relata as transformações ocorridas dentro do “circuito sacoleiro” após a implantação das políticas de controle nos anos 2000, como exemplo o desaparecimento do “cigarreiro” da Ponte da Amizade, comum na década de 1990.

O controle praticamente extinguiu essa prática, mas fortaleceu outras, como a dos barqueiros e dos laranjas: “[...] constata-se que as mudanças nas políticas e nas práticas de fiscalização impostas pela Receita Federal nos últimos anos não conseguiram extinguir de forma imediata o contrabando e, muito menos, alterar a conjuntura da fronteira na totalidade de suas relações [...]” (CARDIN, 2011, p. 127). Isso porque: “[...] a base de sustentação desse tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes [...]” (CARDIN, 2011, p. 129).

Embora o controle tenha sido intensificado em relação a algumas práticas de trabalho, o contrabando e o descaminho não foram extintos. Os sentidos e as

funções de antigas práticas – como aquelas desempenhadas por “barqueiros”, que diariamente navegavam pelo rio Paraná transportando agrotóxico, armas e drogas – passaram a ser utilizados para o transporte de outros tipos de produtos, agora também os lícitos. Dessa forma, o controle policial fez com que antigas formas de trabalho fossem reorganizadas.

Ocorreu uma série de outros reordenamentos que continuam em constante ressignificação e mudança de práticas, em especial porque o transporte por via terrestre foi cada vez mais controlado, forçando a elaboração de novas estratégias para minimizar o risco de perder as mercadorias contrabandeadas: “[...] como a pulverização do transporte em carros de passeio, a utilização de pessoas com passe livre nas empresas de ônibus comerciais para o transporte das compras, a utilização dos serviços de transportadoras e, até mesmo, dos correios [...]” (CARDIN, 2011, p. 131). Cardin acrescenta que:

As mudanças nos processos de fiscalização são acompanhadas de transformações e novas adaptações na logística empregada pelos trabalhadores na compra, no transporte e na revenda das mercadorias disponibilizadas em Ciudad del Este. Assim, embora o desenvolvimento regional busque afastar ou neutralizar a importância de tais práticas na economia local, elas continuam presentes, um exemplo disso é o fortalecimento dos portos clandestinos existentes no rio Paraná ao longo da última década. Os conflitos entre os esforços na definição de uma vocação econômica para a região das três fronteiras, e a permanência/resistência do “circuito” são mantidos. Neste contexto, **o processo de criminalização dos trabalhadores, aproximando-os de traficantes e terroristas, também se torna constante.** (CARDIN, 2012, p. 224, grifo nosso).

Conforme apontado pelo autor, foi nesse período que começou a geração de um discurso oficial que misturava e interligava as mercadorias lícitas – como roupas, bebidas, eletroeletrônicos, assim como cigarros e pneus – com as práticas consideradas ilegais, como o tráfico de armas, de drogas e do terrorismo. Por isso a criação de discursos cada vez mais recorrentes que aproximam esses trabalhadores da condição de traficantes e terroristas¹⁶.

A implantação das políticas de controle policial, no lado brasileiro, foi por meio do governo federal, mas todo esse controle não foi por iniciativa do Brasil, apesar de a execução ser dele. A implantação dessas políticas foi uma imposição americana em função da acusação da Tríplice Fronteira abrigar células terroristas, o que deu início à “guerra ao terror” (AMARAL, 2008).

A Tríplice Fronteira começou a ser acusada de abrigar células terroristas por ter um considerável número de imigrantes e descendentes de árabes libaneses nessa região. Essa acusação começou em 1992, após os atentados à embaixada de

16 A Tríplice Fronteira é acusada pelo governo da Argentina e dos EUA de abrigar células terroristas. Essa acusação ocorre desde 1992 e se intensificou após o atentado ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001.

Israel e, em 1994, após o atentado à *Asociación de Mutuales Israelitas em Buenos Aires*, capital argentina. Na ocasião, os ataques foram atribuídos aos árabes que residiam na Tríplice Fronteira (RABOSSO, 2004). A partir desse momento o Brasil, a Argentina e o Paraguai passaram a sofrer pressões do governo americano para adotar medidas que neutralizassem eventuais ameaças terroristas. As medidas incluíam o aprimoramento do controle de estrangeiros e da coibição do envio de recursos financeiros ao exterior¹⁷.

Essas medidas de controle eram mais simpatizadas no lado argentino, porque havia sofrido os ataques a embaixada de Israel, em Buenos Aires, nos anos 1992 e 1994, e por ter atribuído a culpa à comunidade árabe residente na Tríplice Fronteira. Diante da necessidade e da vontade de reforçar o controle no nordeste argentino, o governo intensificou o controle migratório e das forças já existentes, além de implantar outras forças que ainda não estavam instaladas no município sob a justificativa de prevenção de um terceiro atentado (AMARAL, 2008).

Conforme o Comandante Interino da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Paulo de Tarso Resende Paniago (2007), em 1999 o governo brasileiro criou a Agência para prevenir atos terroristas. Esse foi um dos principais dispositivos jurídicos brasileiros, ao lado da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, sobre terrorismo, que criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). O Conselho dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou de ocultação de bens, de direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente, de crimes como o terrorismo. Nesse sentido, Carneiro Filho (2013), afirma que a “guerra ao terror” estabelecida na Colômbia chegou ao Brasil pela Tríplice Fronteira.

Em 1998 foi firmado o “Plano de Seguridade para a Tríplice Fronteira”, que estabelecia uma comissão específica para a área: “De esta manera, el sustantivo propio Triple Frontera comienza a ser utilizado para referirse a la confluencia de esos límites internacionales de la mano de una cierta forma de retratar el área [...]” (MONTENEGRO, 2007, p. 2). Como afirma Béliveau (2011), a Tríplice Fronteira é um espaço transnacional resultante de uma construção política mediada do governo norte-americano e da imprensa da Argentina. Essas representações midiáticas foram intensificadas pela força de inteligência americana a partir de 2001:

Las notas sobre la TF [Tríplice Fronteira] difundidas en los diarios estadounidenses fueron escritas para una audiencia doméstica, en el marco del auge de noticiar los peligros a los que Estados Unidos estaría sometido luego del 11S. Una intencionalidad extra a la antes mencionada es difícil de fundamentar. No

17 Toda essa pressão americana e os encontros e discussões gerados entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, com os EUA, estão na dissertação de Arthur Bernardes do Amaral (2008): “A guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos”.

obstante, una vez en circulación, los efectos de esa visión generaron respuestas que, “democracia informacional” de por medio, fueron fuentes de elaboración de discursos interesados en develar lo que, como veremos posteriormente, tales actores llamaron el “verdadero interés estadounidense en la región”. (MONTENEGRO, 2007, p. 14).

Após o ataque ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, e a tentativa de ataque ao Pentágono em Washington, no dia 11 de setembro de 2001 nos EUA, o Brasil, a Argentina e o Paraguai se comprometeram com o governo americano em combater o terrorismo. A imprensa internacional, especialmente a norte-americana, passou a representar as práticas do “circuito sacoleiro” e a comunidade árabe como terroristas. Essas representações ocorreram porque os árabes eram os principais comerciantes e donos das lojas em Ciudad del Este e seus produtos eram comercializados, principalmente, aos “laranjas” e aos “sacoleiros” do Brasil.

Todas as atividades desenvolvidas na Tríplice Fronteira e que eram consideradas problemáticas pelo governo norte-americano foram atribuídas à comunidade árabe. Essas atividades eram o tráfico de armas e de drogas, o contrabando, o roubo, a falsificação, a lavagem de dinheiro e de oferecer um campo de treinamento para o terrorismo. Para o governo norte-americano, essas atividades serviam para financiar o terrorismo mundial (AMARAL, 2008, MONTENEGRO, 2007, BÉLIVEAU, 2011). Conforme afirma Lynn:

El lavado del dinero, el narcotráfico, entre otras acciones delictivas, ahora estaban asociados con el terrorismo. A partir del 2001 y 2002 se afirmaba que las remesas que generaban estas acciones delictivas eran para subvencionar los ataques del terrorismo. (LYNN, 2008, p. 68).

Na visão norte-americana, os grupos terroristas usavam essa zona protegidos pela ilegalidade e pela corrupção. As acusações confundiam as atividades do “circuito sacoleiro” com as atividades ilícitas, que não pertenciam a esse “circuito”.

O governo de George Bush criou um mecanismo chamado Diálogo 3+1 sobre Contra-Terrorismo, que promovia encontros periódicos entre os Estados Unidos, Brasil, Paraguai e Argentina para discutir a segurança e o controle das movimentações financeiras na Tríplice Fronteira (CARNEIRO FILHO, 2013). Assim se construiu um discurso e um ataque politizado para desconstruir a imagem da Tríplice Fronteira. Essa região foi convertida em uma metáfora de “zona de crises” e em um espaço imprevisível, de alto risco e por isso entrou na agenda de seguridade do “terrorismo global” (MONTENEGRO, 2007).

Como afirma Rabossi (2011, p. 101): “Os diagnósticos sobre a Tríplice Fronteira apresentam um espaço definido pela ilegalidade. Então, já que o problema é a ausência da lei, a solução é torná-la presente: levá-la, efetivá-la, reforçá-la.”.

Foi dessa forma que o Brasil e a Argentina foram forçados a combater esse “antro” de criminalidade. O Paraguai também foi forçado a isso, porque Ciudad del Este era considerada o epicentro da criminalidade, mas nunca cumpriu os acordos.

As medidas adotadas para combater o terrorismo foram diferentes em cada país. A postura do Brasil foi desmistificar o perigo de células terroristas e de reforçar a segurança nessa área de fronteira. O país admitiu a existência do crime organizado e demais ilicitudes, por isso endureceu o controle ao “circuito sacoleiro” e ao tráfico de drogas, com fiscalizações mais intensas da Receita Federal e de outros órgãos dos governos federal e estadual. Isso ocorreu como uma resposta ao governo norte-americano, que acusava esse setor de alimentar financeiramente o terrorismo com lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Esse processo aliou a “guerra ao terror” à “guerra às drogas” na fronteira brasileira.

A postura da Argentina foi intensificar o controle migratório e colocar todo tipo de polícia em Puerto Iguazú, com caráter permanente. A postura do Paraguai em 2005 foi permitir o ingresso de 500 fuzileiros navais dos EUA. O acordo entre os EUA e o Paraguai ocorreu de maneira oculta e como forma de retaliação ao país, por não ter colocado em prática qualquer política de controle em Ciudad del Este e suas adjacências. O propósito americano era que o Paraguai combatesse o comércio árabe, mas o país jamais promoveu qualquer política nesse sentido (LYNN, 2008)¹⁸.

O governo dos EUA criou um inimigo público para justificar as ações de controle no local. Certamente, muitas teorias conspiratórias se criaram a partir desse contexto, mas o que interessa é que a possibilidade de existir células terroristas na Tríplice Fronteira, mesmo que refutada a sua existência, gerou consequências práticas para o local e ultrapassou uma invenção midiática americana ao gerar políticas de controle.

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu um conjunto de regras para combater o terrorismo, dentre elas o controle das operações financeiras e a fiscalização das fronteiras. Como a acusação que recaía sobre os árabes da Tríplice Fronteira era de financiar células terroristas, não surpreende que a política adotada pelo Brasil tenha sido a de atacar o comércio paraguaio e todo o “circuito sacoleiro”, ao qual pertenciam os comerciantes árabes com lojas de eletroeletrônicos, perfumes e roupas no *microcentro* de Ciudad del Este.

As práticas desses trabalhadores envolvidos com o “circuito sacoleiro” não são estáveis ou perenes, mas constantemente modificadas. Uma razão dessa mudança pode ser atribuída à necessidade de melhorar a sua eficácia e, a outra,

18 “[...] Debemos recordar que la base norteamericana de Mariscal Estigarribia en el Chaco Paraguayo fue creada por dictador Strossner y que existe cerca de Pedro Juan Caballero y Ponta Porá otra base que pasa por ser un centro de ayuda humanitaria [...]” (ABINZANO, 2013, p. 14).

para driblar as transformações econômicas e políticas geradas com as questões tributárias e aduaneiras (CARDIN, 2012). Nesse sentido, Cardin afirma:

[...] a ação do governo fica concentrada na tentativa de disciplinar e controlar a fronteira, com investimentos na estrutura de fiscalização e nas operações especiais de combate ao contrabando, ao descaminho e à pirataria. O resultado tem sido um aumento no valor das apreensões, e um conjunto de rearticulações dos trabalhadores na tentativa de manter suas práticas. Por outro lado, fomentou uma mudança na paisagem da fronteira com a visível diminuição gradativa no número de pessoas e de veículos durante as duas últimas décadas. Mas tal colocação não significa que o capital e a quantidade de mercadoria que circulam na região tenham diminuído [...] (CARDIN, 2012, p. 225).

A política de controle ao “circuito sacoleiro” ocorreu exclusivamente para Foz do Iguaçu. As operações para toda a fronteira brasileira começaram somente a partir de 2011. O Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) nasceu com o propósito de reforçar a presença nos 16.880 km de fronteira terrestre do Brasil com os países vizinhos. A partir de junho de 2011, sob a coordenação do então vice-presidente da República, Michel Temer, o governo federal passou a integrar as ações dos diversos ministérios e os poderes públicos locais.

Com o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras, o incentivo ao desenvolvimento regional através do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) foi substituído pelo combate à criminalidade como objetivo principal. Com isso caíram consideravelmente os investimentos ao PDFF destinados ao: “[...] combate às desigualdades regionais, ao fortalecimento do potencial de desenvolvimento dos municípios componentes da Faixa de Fronteira, e ao resgate da dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade.” (GEMELLI, 2013, p. 126). Essa mudança de critérios gerou críticas ao governo federal porque: “[...] onde não há o incentivo ao desenvolvimento regional e à melhoria da renda da população, a atividade ilegal se fortalece, pois representa uma renda extra para atender às necessidades que o Estado não supriu à população.” (GEMELLI, 2013, p. 126).

O comportamento do Estado brasileiro é semelhante ao que David Garland (2008), descreveu sobre os EUA e a Grã-Bretanha. Os recursos antes disponibilizados para habitação, saúde e educação passam a ser gastos com forças armadas, polícias e prisões em nome da “lei e ordem” ou da “segurança cidadã”, o que engendra uma relação entre políticas econômicas e políticas punitivas. Logicamente, o processo descrito por Garland refere-se ao desmantelamento do Estado de bem-estar social, que nunca foi praticado no Brasil. Mas como as políticas repressivas foram espelhadas nesses países, o pouco que se tinha de “bem-estar social” no Brasil foi suprimido por penas mais enrijecidas e pela “criminalização da pobreza” (WACQUANT, 2008).

O Projeto *Maquila* e a política de industrialização paraguaia

As consequências das políticas de controle brasileiro foram drásticas no lado paraguaio, pois, em um primeiro momento (2003), as principais consequências do controle ao “circuito sacoleiro” foi a constante retração do comércio no *microcentro* de Ciudad del Este. Essa retração gradativa chegou ao esvaziamento das lojas, das pessoas circulando nas ruas e na Ponte da Amizade. Certamente isso não foi mérito único e exclusivo dessas políticas, mas também consequência da variação cambial, com o dólar chegando a quase quatro reais. Um dos efeitos últimos dessas políticas foi a reestruturação industrial por meio da *maquilaria*, que explora a mão de obra pouco qualificada.

Em um primeiro momento a indústria *maquiladora* foi considerada uma saída frente ao controle brasileiro e em um segundo momento uma política de crescimento econômico que atraiu principalmente indústrias brasileiras. No Paraguai, está prevista a instalação de indústrias *maquiladoras*, com capacidade de gerar mais de dez mil postos de trabalho. Em 2015 existiam mais de 20 indústrias da *maquila* somente no município de Hernandárias, com capacidade de gerar 1.500 empregos. Em dois anos foram abertas 54 indústrias de *maquilaria* no Paraguai, sendo 48 brasileiras. Essas empresas destinam 90% da produção para o Mercosul e o restante para países como EUA, Tailândia, Indonésia e China. As indústrias estão amparadas pelo “Regime da *Maquila*”, que permite às empresas importar matérias-primas, maquinários e insumos isentos de impostos e de outros encargos e amparados por lei trabalhista precária (BAREIRO, 2015).

O Projeto *Maquila* foi regulamentado no Paraguai pela Lei nº 1.064, no ano 1997 e no ano 2000, a lei foi reformulada pelo decreto 9.585. Essa legislação foi inspirada no projeto de industrialização do México, dos anos 1960, por meio das indústrias *maquiladoras*. O Projeto *Maquila* é destinado exclusivamente a empreendimentos industriais do exterior para que instalem suas filiais no país. O principal foco do governo é a geração de emprego e renda no território paraguaio pelo tratamento tributário diferenciado. O “canto da sereia” é dado pela existência de energia abundante e barata, carga tributária baixa e mão de obra disponível:

Atenção, investidores brasileiros! O Paraguai é a bola da vez. Uma missão formada por mais de 170 empresários brasileiros cansados da pesada carga tributária, dos encargos trabalhistas e da burocracia brasileira, desembarcam em Assunção para ver como funciona, na prática, o sistema paraguaio de “*maquila*” industrial e conhecer os incentivos. Saíram maravilhados. A carga tributária paraguaia é baixa; os encargos trabalhistas centenas de vezes menores e, na hora da exportação, o imposto pago pelo produto manufaturado é de 1%. Os empresários voltaram para o Brasil encantados com as vantagens competitivas do Paraguai com energia abundante e barata, carga tributária lá embaixo e mão de obra disponível [...] (A GAZETA DO IGUAÇU, 24 fev. 2014, p. A2).

Como já mencionado, dentre os benefícios amplamente divulgados pelo governo paraguaio está o imposto único de 1% aplicado sobre a fatura de exportação, isentas de qualquer outro tributo ou taxa alfandegária; isenção da carga tributária para importação de qualquer país seja de maquinário ou de matéria-prima; mão de obra, locação e energia baratas. Em relação aos valores agregados intra zona estes devem alcançar 40% do produto importado para obter o Certificado de Origem. No caso da exportação para o Brasil, havendo o Certificado, o produto poderá ser importado com isenção do imposto em função dos acordos do Mercosul. O Quadro 1 apresenta os requisitos para obtenção dos benefícios da *maquila*:

Quadro 1 – Requisitos para a obtenção dos benefícios da Lei *Maquila*

Contrato de Maquila	Contrato entre a empresa instalada no Paraguai (a empresa Maquiladora) e uma empresa estrangeira destinatária dos bens ou serviços.
Destino	A produção de bens ou a prestação de serviços seja destinada para o mercado externo, ou seja, para fora do mercado paraguaio.
Pessoa Jurídica	Criação de uma pessoa jurídica no Paraguai, mesmo que a extensão, braço ou divisão da empresa já esteja constituída em outro país.
Mão de obra	Utilização da mão de obra paraguaia e capacitação do pessoal nacional necessário para a execução do Programa.
Garantias aduaneiras	Outorgar garantia suficiente à satisfação da Autoridade Aduaneira paraguaia pelo montante dos gravames eventualmente aplicáveis, com o fim de assegurar o cumprimento das obrigações que este regime impõe.
Proteção do Meio Ambiente	Observar os objetivos constitucionalmente consagrados de preservação, conservação, recomposição e melhoramento do Meio Ambiente, de forma a perseguir um ecossistema equilibrado e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Fonte: (LEI MAQUILA, 1997 apud CUEVA, 2012, p. 63).

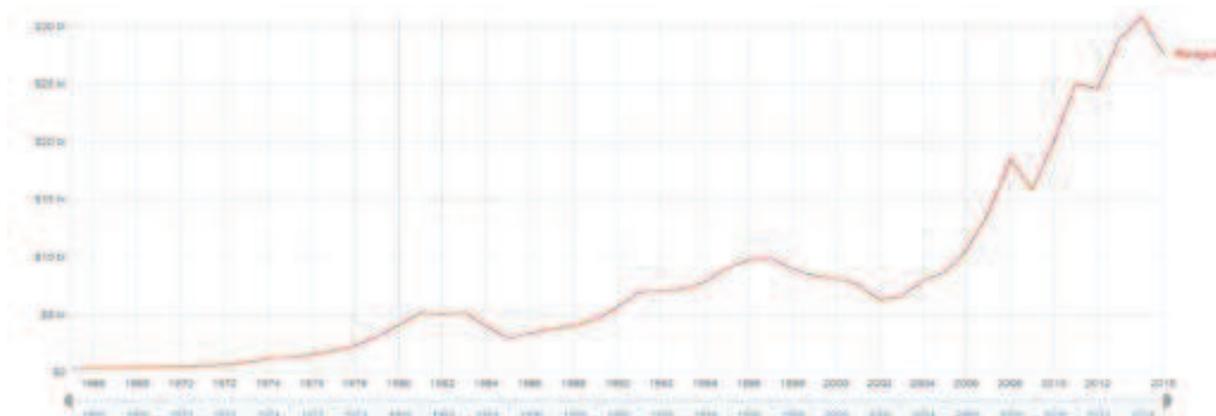
O Projeto *Maquila* possui algumas regras, por exemplo, a mesma quantidade de matéria-prima importada deve ser transformada e exportada. A outra regra é que somente 10% da produção podem ser vendidas no mercado interno após a indústria completar um ano no país. Para dar alguns exemplos de indústrias brasileiras e de outros países instaladas no Paraguai temos: indústrias do vestuário, como Adidas, Kappa, Zara, Penalty, Riachuleo; da construção civil, como Inpa e Tigre; e de brinquedo, como Estrela.

Ao longo de 50 anos (1965-2015), o Produto Interno Bruto (PIB) do Paraguai teve poucas variações e só ultrapassou a casa dos 10 bilhões de dólares no ano de 2006. Nos anos seguintes o PIB teve um significativo crescimento

e chegou a mais de 30 bilhões em 2014. Apesar desse súbito aumento, a taxa de crescimento não é constante, por exemplo, em 2010 o crescimento foi de 13,1%, mas no ano de 2011 (4,3%) a taxa de crescimento foi menor e chegou a ser negativo no ano de 2012 (-1,2%). Já em 2014 a taxa de crescimento foi de 14,1% (BANCO MUNDIAL, 2017). Apesar dessa variação, a tendência é que o PIB paraguaio continue alto e em crescimento.

A Figura 2 apresenta a evolução do PIB do Paraguai no intervalo de 50 anos, entre 1965 e 2015.

Figura 2 – Evolução do PIB do Paraguai (1965-2015)



Fonte: (BANCO MUNDIAL, fev. 2017).

Apesar do Projeto *Maquila* ter origem no ano 1997, percebe-se que a mudança no PIB do Paraguai ocorreu a partir do ano 2006. Isso reforça a hipótese da mudança de foco econômico frente ao ataque ao setor do comércio pelas políticas de controle para as fronteiras do Brasil. No entanto, é preciso salientar que apesar de todos os esforços políticos estarem voltados para a industrialização paraguaia, o setor de serviços representava, em 2014, 62,5% do PIB, a agricultura 19,2% e a indústria 18,3% (BANCO MUNDIAL, 2017).

Considerações finais

As políticas de controle do Brasil contribuíram para “minar” o comércio de Ciudad del Este e, conseqüentemente, o comércio dos árabes, cuja economia do local era diretamente dependente desse setor econômico. O fato de as políticas de controle terem “minado” o comércio da/na Ponte da Amizade não significa que as práticas do transporte de mercadorias na fronteira tenham sido eliminadas, porque o controle mais intenso sobre a Ponte da Amizade refere-se mais a um “controle simbólico” das práticas na fronteira.

Na análise de Cardin (2010a), a intensificação do controle dos órgãos de segurança com o combate sistemático ao tráfico e ao contrabando, por meio da

fiscalização de hotéis-depósitos e a apreensão dos ônibus que transportavam as mercadorias contrabandeadas, provocou a migração de produtos, negócios e locais de trabalho dessa classe, cujas atividades na fronteira revelam seu *modus vivendi*.

Roseira (2009), estima que aproximadamente 18 mil pessoas chegaram a viver dessa atividade. Aproximadamente oito mil residiam no lado brasileiro e atravessavam a fronteira para trabalhar no Paraguai, e aproximadamente dez mil viviam como laranjas. Além do emprego indireto que essa atividade gerava, o “turismo de compras” suscitava ganhos para o comércio de Foz do Iguaçu, como restaurantes, lanchonetes, hotéis, supermercados, comércio atacadista e varejista, taxistas e para as principais atrações turísticas da cidade. Conforme Rabossi (2004), uma das prováveis razões de Ciudad del Este ter se tornado um centro comercial tão destacado é o fato de ela ser uma praça comercial sem ou com poucas cargas tributárias (Zona Franca).

Sob a coordenação do então vice-presidente Michel Temer, em 2012, a guinada radical para o controle na fronteira fez o governo federal encerrar os projetos desenvolvimentistas para toda a faixa de fronteira brasileira. A partir desse momento as ações focaram estritamente no controle e na política da “guerra às drogas”, transformando o trabalhador fronteiriço em um potencial criminoso, cuja relação histórica com a fronteira, já criminalizada, passou a ser mais enfaticamente controlada. Por outro lado, as consequências no conglomerado urbano de Ciudad del Este foram a retração do comércio que tenta se reconfigurar com a campanha de atração das indústrias *maquiladoras* com foco nas indústrias brasileiras. Certamente outras análises devem surgir desse fenômeno da industrialização paraguaia, mas não se pode negar que para o Brasil, essa reconfiguração econômica do país vizinho, contribui, de alguma forma, para o processo de desindustrialização brasileira.

O local é o espaço que expressa as diferenças nacionais e o nacional faz alusão a territórios com soberanias distintas. Nas regiões transfronteiriças existem “economias de fronteira”, altamente diversificadas e compostas por mercados legais e ilegais com uma lógica invasiva nos planos legais, econômicos e políticos, especialmente quando expressam práticas violentas e delituosas. É nesse sentido que Carrión e Espín (2011), argumentam sobre o tratamento da fronteira:

[...] es necesario plantear que esta economía de frontera debe ser enfrentada más desde la perspectiva económica que desde las acciones militares, policiales o diplomáticas. La asimetría económica existente entre países no se resuelve sólo con la represión; más bien, es necesario establecer convenios transfronterizos para asumir la problemática desde la lógica del mercado, para que sea una solución y no un problema. Tampoco se resuelve sólo con políticas de seguridad, porque terminan criminalizando los territorios de frontera y porque éstas deben desarrollarse independientemente de la condición de inseguridad existente. (CARRIÓN; ESPÍN, 2011, p. 13-14).

Cada país marca seu território à sua maneira. Em termos de segurança nacional, a impressão é que estamos no “fim da linha”, que o “outro” – “inimigo” do Estado-Nação – desestabiliza, corrompe e gera violência. Quando analisamos as políticas para a fronteira, verificamos que existe um retrocesso nos últimos anos, um retrocesso porque as operações de fronteira e as demais políticas primam pela segurança nacional e ignoram os moradores locais. O ataque politizado da mídia contribui para estigmatizar a realidade de quem vive na fronteira e por isso as agendas públicas que possibilitam o desenvolvimento econômico e social do local são deixadas de lado. Como o Estado ignora as condições de vida na fronteira, esse espaço se converte em um espaço de exclusão e o “fim da linha” fica mais evidenciado.

O Estado precisa romper com o ciclo do controle intenso para priorizar políticas que promovam a cidadania e a inclusão social. As políticas públicas de segurança são necessárias em qualquer local do país e isso não seria diferente na faixa de fronteira, mas elas não podem ser o único meio de mudar uma realidade social. Por isso, as políticas de controle deveriam ser mais distributivas do que retributivas (GARLAND, 2008), porque a segurança não pode perder seu caráter de bem coletivo e de ser distribuída de forma igualitária para todos. A população residente na fronteira (faixa ou linha) deve ser tratada como cidadã, não como criminosa.

O desenvolvimento de políticas deve ter propostas integradoras e que contemplem os vários setores sociais e transnacionais, no modelo de “segurança cidadã”. A proposta não pode ser unilateral, ela precisa contemplar todos os lados envolvidos e atingidos, não como tarefa exclusiva do governo, mas que envolva governo, sociedade, instituições, organizações e empresas de forma integrada e dialogada. Ao não pensar de forma integrada, o Estado compromete todo um contexto social, porque os municípios vizinhos sentirão as problemáticas como ocorreu após a intensificação das políticas de controle sobre o “circuito sacoleiro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA DO IGUAÇU. **Editorial**, fev. 2014.

ABÍNZANO, Roberto Carlos. **Antropología de las relaciones transnacionales en las regiones de frontera. El caso de la Triple Frontera entre Argentina, Bra.** Proyecto de investigación. Universidad Nacional de Misiones, 27 set. 2013.

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos.** 2008. 278f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 2008.

BANCO MUNDIAL. **Produto Interno Bruto: Paraguai.** 06 fev. 2017. Disponível em: <https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_&met_y=ny_gdp_mktp_cd&idim=country:PRY:BOL:URY&hl=pt&dl=pt#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nselm=h&met_y=ny_gdp_mktp_cd&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=region&idim=country:PRY&ifdim=region&hl=pt&dl=pt&ind=false>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BAREIRO, Sixto Morel. **Desarrollo económico del distrito de Hernandarias - Alto Paraná.** 2015. 50f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas – Economía, Integración y Desarrollo) – Universidad Federal de la Integración Latino Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2015.

BÉLIVEAU, Verónica Giménez. La “triple frontera” y sus representaciones: políticos y funcionarios piensan la frontera. **Frontera Norte**, México, v. 23, n. 46, p. 7-34, jul./dez. 2011.

CARDIN, Eric Gustavo. Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p. 162-170, maio/ago. 2009.

_____. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira.** Tese de doutorado, Araraquara, São Paulo 2010a.

_____. Expansão do capital e desenvolvimento regional: Foz do Iguaçu entre o legal e o ilegal. **Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, p. 101-117, 1º sem. 2010b.

_____. Ação racional e cotidiano: notas para o estudo dos trabalhadores da Tríplice Fronteira. In: MACHADO E SILVA, Regina Coeli; SANTOS, Maria Elena Pires (Orgs.). **Cenários em perspectiva: diversidades na Tríplice Fronteira.** Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 121-140.

_____. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Geopolítica(s) – Revista de estudios sobre espacio y poder**, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, jul./dez. 2012.

_____. La historia de una vida en situación de frontera: migración, superación y trabajo en el “circuito sacoleiro”. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 48, p. 100-109, abr. 2013.

CARDIN, Eric Gustavo; DORFAMN, Adriana. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça no Cone Sul. **Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 31-44, jul./dez. 2014.

CARRIÓN, Fernando; ESPÍN, Johanna. La geografía del delito en la lógica de frontera. In: _____. (Coord.). **Relaciones fronterizas: Encuentros y Conflictos**. Ecuador: FLACSO, Sede Ecuador, 2011, p. 09-20.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. 2013. 254f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CUEVA, Jazmin Figari de la. **Investidores brasileiros no Paraguai: orçamento de capital nas decisões de investimento sob a perspectiva da teoria do investimento internacional**. 2012, 141f. Dissertação de Mestrado. (Programa de Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). **Censos**, 2014. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GEMELLI, Vanderléia. **As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai**. 2013. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, 2013.

GOMES, Cristiane. **Legislação ambiental do Mercosul e a gestão de recursos hídricos na Tríplice Fronteira**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: população 2010**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410830>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (INDEC). **Población**. 2010. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/nivel2_default.asp?seccion=P&id_tema=2>. Acesso em: 27 maio 2016.

LYNN, Josefina. La Triple Frontera y la amenaza terrorista ¿realidad o mito? In: VELÉZ, Fredy Rivera (Ed.). **Seguridad multidimensional en América Latina**. Quito: Flacso Ecuador/Ministerio de Cultura, 2008, p. 57-80.

MONTENEGRO, Silvia. La triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: globalización y construcción social del espacio. *XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. 2007.

PANIAGO, Paulo de Tarso Resende. O papel dos serviços de Inteligência na prevenção e no combate ao terrorismo internacional. **Revista Brasileira de Inteligência/Agência Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 23-28, set. 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “**A garantia soy yo**”: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). 2004, 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

RABOSSI, Fernando. Dimensões da espacialização das trocas: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este. **Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 6, p.151-176, 2004.

_____. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). *Etnográfica*, Portugal, v. 15, n. 1, p. 83-107, fev. 2011.

ROSEIRA, Antonio Marcos. Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Montevideu, 2009.

RIBEIRO, Danilo George. **Metamorfoses na cidade**: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu. 2015. 263f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

Recebido em julho de 2016.
Aprovado em outubro de 2016.